

| Testemunhos de uma vida entremeada com a Política Nacional de Informática  
1970 a 1990  
Jorge Monteiro Fernandes \*

Escrevi este documento como *testemunho* em resposta à chamada do SHIALC 2010 imaginando uma entrevista sem perguntas. Fiz um esforço de memória aqui consubstanciado na forma (um tanto aleatória) de seis itens. As descrições são fieis ao que vivi, embora em alguns casos possa haver imprecisões cujas resoluções deixo para a pesquisa de historiadores profissionais, pois transcorridos os anos e não tenho mais em mãos os documentos que me permitiriam ser preciso nos detalhes. Fatos onde outros também vivenciaram não relatei, a menos quando tinha visão pessoal a acrescentar. Envio em separado artigos publicados, alguns de minha lavra, textos apresentados em eventos e uma correspondência pessoal sobre o tema.

## 1. Introdução: Espírito do tempo

Tomei consciência do valor e importância da inovação e domínio de capacidade tecnológica quando trabalhei no Programa Espacial Brasileiro, de 1971 a 1972, ao conceber e desenvolver a primeira carga útil lançada ao espaço, em 1974. Capacidade inovadora não apenas gera riqueza, renda e postos de trabalho que incluem, mas também poder econômico e militar. Nenhum povo ascendeu às primeiras posições do poder geopolítico sem esta capacidade. A vivência no Grupo gerador da Política Nacional de Informática contribuiu para confirmar esta assertiva e ampliar minha consciência cidadã.

A crise do petróleo, ao impor ao governo o controle dos gastos em moeda forte e eleger atores responsáveis por esta missão, abre oportunidade ao Conselho da Comissão para a Coordenação de Aperfeiçoamento das Atividades de Processamento Eletrônico de Dados (Capre) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (atual Ministério do Planejamento) de fazer política tecnológica em proveito de iniciativas nacionais. Naquele instante, várias universidades e órgãos públicos estavam gerando inovação no emergente mercado de informática (denominação da época).

Essa conjuntura e a existência de idealistas, denominados por um estudioso do processo de “guerrilheiros tecnológicos”, no Conselho geram verdadeira

---

\* Engenheiro Eletrônico - ITA 72 - Coronel Engenheiro da Aeronáutica - Reformado

revolução, é ela que explica o atual volume e qualidade das empresas e profissionais de TIC no cenário nacional.

Este que relata, de 1970 a junho de 1984, servia no então EMFA, hoje Ministério da Defesa, e o representava em órgãos colegiados como a Capre; de 1987 a 1990, já na reserva da Aeronáutica, trabalhava na Cobra Computadores, como Assessor do Presidente Ivan da Costa Marques.

Ao ingressar no Conselho Plenário da Capre encontrei Ivan da Costa Marques, Mário Riper, Ricardo Saur, Dion de Mello Teles, Octávio Genari, Arthur Pereira Nunes... Fui atraído pelo grupo nacionalista, face ao posicionamento em proveito de desenvolvimento de capacidade inovadora nacional, mas convivia bem com todos. Em várias universidades e no Serpro existiam desenvolvimentos de produtos, alguns no mercado.

Vivíamos os governos militares.

## 2. O /32 da IBM: A “virada de mesa” no Planalto

A Capre ao ser designada gestora da “bolsa de dólares”- decorrente da crise de petróleo de 1973 - passou a agir dando prioridade às iniciativas nacionais – G10, Patinho Feio, outros tanto utilizando o Z80... A Cobra, Digibrás, Departamento do Serpro com produtos...

A IBM, consciente das ameaças decorrentes destas iniciativas e dos “guerrilheiros tecnológicos” abrigados em grande parte na Capre, agiu estrategicamente de forma não-ortodoxa. Fez uso indevido de Guias Genéricas para importar e montar alguns /32, e os comercializou com instituições capazes de pressionar o governo, como o Ministério do Exército. Esta ação ameaçava às iniciativas nativas.

A estratégia deu certo. Em junho (?) de 1977, por convocação do então Ministro Reis Veloso, a quem se subordinava à Capre, realizou-se reunião no Palácio da Alvorada, com o propósito de discutir o conflito CAPREXIBM com os integrantes do Conselho Plenário. Ao chegar ao Palácio do Planalto, conversamos com o Ivan e (?) sobre a reunião e disseram-me que apenas eu tinha condições políticas de “enfrentar” o Ministro Veloso. Eu tinha informação segura da importação e montagem dos /32 pela IBM e de que a IBM estava em posição forte dentro do Governo. Sentei-me no meio da mesa, pois dificilmente

seria um dos primeiros a falar, para ter tempo de “sentir” a reunião. O ministro declara ao início que ouviria a posição de cada um dos integrantes e após se reuniria com os Ministros que tinham representantes no Conselho. Tomando consciência que o processo concedia situação privilegiada ao Veloso frente aos demais, ao chegar a minha vez, falei: (não tenho certeza das palavras, apenas tenho confiança de que o sentido era o que tento reproduzir):

*- “Ministro, evidentemente não ponho em dúvida suas intenções, no entanto, o ministro do EMFA, Gen. Samuel Alves Corrêa, a quem represento neste Colegiado, instruiu-me a solicitar reunião similar com a presença de todos os ministros aqui representados. Assim todos ouvirão de viva voz os argumentos de todos os membros do Conselho, o que permitirá a tomada de decisão em condição mais equânime”*

Acabara de mentir, mas era a única maneira de ganhar tempo e tentar mudar o curso dos fatos. O ministro registrou com fala e gestos o impacto da minha proposta.

*- “Realmente é boa a sugestão, irei conversar com os demais ministros para marcar esta reunião.”*

Chegando ao EMFA, dirigi-me ao gabinete do Ministro. Ao entrar, disse-lhe:

*– Ministro acabo de mentir para o ministro Veloso.*

*- Cel. Fernandes, qual a razão?*

*- Tem cinco minutos?*

*- Sim.*

Coloquei-o a par da reunião e de todo o contexto que me levava a mentir. Ao final, disse-lhe:

*- O Senhor tem duas alternativas quando o ministro Veloso ligar. Endossa a minha mentira ou me desautoriza e, conseqüentemente, me retira do Conselho da Capre e me pune.*

*- Endosso a sua posição.*

*- Neste caso ministro, além de confirmar a minha mentira deve agir estratégica e elegantemente para obter maior influência no processo.*

*- Por exemplo?*

*- Concedendo entrevista sobre o tema e daí em diante tem que ser mais pró-ativo no processo.*

O ministro entrou em contato com o jornal O Globo e foi marcada entrevista ao jornal e à TV. Dias depois, ao chegar o Ismar Cardona, editor econômico do O Globo, mandou me chamar ao seu gabinete. Lá chegando, disse-me que era eu quem daria a entrevista e poderia falar o que quisesse. Dei a entrevista. Foi publicada no O Globo de 5 de junho de 1987 1ª página – *Computadores: EMFA explica sua posição, na página 35 com alteração do verbo para justifica* e fui entrevistado para o jornal das 11h na TV, no mesmo dia (?).

A reunião com todos os ministros se deu na casa do ministro Veloso na Vila Planalto. A primeira parte com a presença dos ministros e seus representantes no Conselho; após, durante almoço, a segunda só com os ministros.

Ao voltar da reunião, o Gen. Samuel me chamou, relatou a reunião-almoço e que o ministro Veloso iria propor como resolver o impasse com a IBM.

Após certo tempo, o Gen. Samuel me chamou e disse-me:

- *A decisão do Veloso é – não dizer não a IBM, mas sim a outras iniciativas, ocupar o mercado com produtos nacionais em seis meses para não prejudicar o mercado e não pode haver monopólio de empresa nacional.*
- *Ministro, estas condições conspiram contra o modelo, pois o prazo dado é exíguo e o Veloso sabe disto. Além do mais, distorce o modelo! Um “ganha mais não leva”! Pode negociar as condições?*
- *Infelizmente, não. Faça o que for possível. Mantenha-me informado.*

### 3. O SOX, Joint-Venture Brasil, China e Rússia a pressão Norte-Americana (Cobra 1987-1990)

Nesse período trabalhava na Cobra Computadores e seu presidente era Ivan da Costa Marques.

Assim que o SOX teve sua conformidade com UNIX descrito no SVID (?) reconhecida formalmente pela X-Open, empresa inglesa, A Academia de Ciências Russa, entrou em contato com a Cobra para que fosse transportado o SOX para máquina RISC desenvolvida por eles. Pois, face ao controle do fluxo tecnológico realizado pelos USA não tinham acesso à arquitetura Unix, a melhor àquele tempo.

Foi assinado acordo com a Academia Russa e a Cobra, dentro de um pré-existente que dava abrigo a aditivos. Por força desse acordo foram recebidos na Cobra três desenvolvedores russos.

No correr dos trabalhos, surgiu interesse compartilhado pela Cobra, a Academia russa e a empresa (?) chinesa para que fosse criada empresa internacional para comercializar o SOX.

Entrou-se em contato com a Agência ABC do MRE e com o SNI, os quais aprovaram a proposta. Reuniões ocorriam quando o Ivan, presidente da Cobra, me informou que havia sido convidado pelo cônsul norte-americano para um almoço. Conversamos ao telefone a respeito e lhe pedi que me relatasse o ocorrido durante o mesmo. Ivan, após a realização do almoço, informou-me (não tenho certeza das palavras, apenas tenho confiança de que o sentido era o que tento reproduzir): *que o cônsul declarou conhecer as ações em curso de criação da empresa internacional com os russos e chineses e que o governo dos USA era contra e que deveria ser abortado imediatamente o processo; caso contrário iria atuar por outras vias.*

De posse das informações passadas por Ivan da Costa Marques, fui ao encontro do Gen. Ivan de Souza Mendes do SNI. Em reunião no Palácio do Planalto, relatei o almoço-encontro entre Ivan, presidente da Cobra, e cônsul norte-americano e tudo mais que se fazia, abordei o controle do fluxo tecnológico feito pelo USA, dei como exemplo a controle de comercialização do Cobra 1.000. Ouviu atentamente, e ao final pediu para que eu colocasse em documento a lhe ser entregue o que relatara inclusive o controle do fluxo tecnológico. Ele encaminharia o documento ao Presidente Sarney.

Passado alguns dias, entreguei ao Gen. Ivan de Souza Mendes o documento. Ao recebê-lo, voltou a dizer que iria entregar o mesmo ao presidente Sarney e que assim que tivesse a posição do presidente me chamaria.

Passado alguns dias, atendendo chamado, fui ao Palácio do Planalto ao encontro com o Gen. Ivan. Ao chegar, me comunicou que o presidente decidira “não afrontar o USA”, portanto, todas as ações de criação da empresa internacional deveriam ser encerradas. Manifestei de forma irritada o meu desagrado e disse-lhe (não tenho certeza das palavras, apenas tenho confiança de que o sentido era o que tento reproduzir):

*- isto é um retrocesso, representa renúncia à soberania e prejudica o futuro do Brasil.*

*- Estou consciente disto, mas não temos a VI Frota!*

Despedi-me agradecendo seu empenho.

As ações de criação da empresa foram abortadas.

#### 4. As ações do SNI me envolvendo

Certo dia 1977/78(?), quando Conselheiro da Capre, fui convidado a comparecer a Agência do SNI. Lá chegando, fui recebido por duas pessoas em sala fechada sem janela, e me inquiriram sobre um relato meu em processo em reunião da Capre. Apresentei os fundamentos do voto, e perguntei se estava ali por ter negado o pleito de empresa norte-americana o que indicaria ser comunista. Negaram ser este o raciocínio. A partir daí passei a enviar cópia de meus votos para o SNI. Certa feita, quando perguntado, disse que o envio tinha por intenção não mais ser necessário me chamar e nem colocar alguém para me policiar.

Certa feita estava programada e autorizada minha participação como debatedor em apresentação no Congresso Nacional; eis que na véspera recebo ligação de uma pessoa dizendo que era do SNI e que eu não deveria comparecer ao evento. Informei que estava autorizado por meu chefe e que só este poderia cancelar minha participação. Passados alguns minutos, outra ligação de outra pessoa com o mesmo conteúdo; dei a mesma resposta. Na tarde do mesmo dia, o Ministro Chefe do EMFA, Gen. Samuel Alves Corrêa, me chamou ao seu gabinete, me comunicando que estava impedido de falar. Apresentei meus argumentos e estranheza, pois havia sido autorizado anteriormente e constava do folder distribuído e era no Parlamento a fala. Ao final de minhas ponderações e não obter sucesso comuniquei-lhe que iria cumprir sua “nova ordem”. Compareci ao evento e comuniquei à coordenação do evento o veto. Ao, ser indagado por um jornalista se era verdade o que ouvira da Coordenação e se poderia publicar. Respondi que sim. Foi publicado em manchete no jornal O Globo – “Coronel Fernandes foi proibido de falar no congresso pelo SNI”. Ao ser chamado pelo Ministro, confirmei que dera a

informação do veto do SNI e autorizara a publicação, pois era esta a verdade. O comentário do Ministro fora: (não tenho certeza das palavras, apenas tenho confiança de que o sentido era o que tento reproduzir) *“vives batendo de frente com o SNI”*.

Apesar desses embates, quando faleceu o professor da ESG, que era subordinada ao EMFA, que todo ano fazia a palestra “Ciência, tecnologia e Poder Nacional” no curso “A” da ESNI, também subordinada ao EMFA, o mesmo ministro me indicou a fazê-la.

Argüi (não tenho certeza das palavras, apenas tenho confiança de que o sentido era o que tento reproduzir):

– *“Ministro não tenho o curso da ESG e nem da ESNI e vivo batendo de frente com o SNI, isto vai dar ruído grande.”*

Respondeu-me que na sua avaliação *não teria outro ao meu nível que pudesse fazer a palestra quase de improviso*. Fiz esta palestra por cinco (ou seis) anos consecutivos, inclusive mais tarde quando estava cursando a Ecemar em 1981. Estas apresentações me capacitaram a publicar em 1980 o artigo de mesmo título, na revista Dados e Idéias do Serpro. Como é a vida! Este foi o primeiro trabalho que foi publicado. Gostei tanto que não mais parei de escrever.

Certo dia me ofereceram bolsa para fazer PhD em Universidade americana de minha escolha; como suspeitei que o propósito fosse me afastar do Brasil não aceitei. Mas a frente, fui convidado para ir trabalhar na Itália no projeto AM-X, aceitei. Embarquei em agosto de 1984, retornando em agosto de 1986.

Não sei se vejo “fantasmas” creio ter influência do SNI nestes fatos. Não sei se estas ações eram institucionais ou de grupo que incluía o Joubert e Dityz!

## 5. O veto do Departamento de Estado Norte Americano

Assim que voltei da Itália, em 1986, a convite do Ivan da Costa Marques, então presidente da Cobra Computadores, juntei-me ao grupo na função de relações institucionais junto aos acionistas BB e Caixa; Poderes Executivo, Legislativo. Nesta função, tive ocasião de ir ao Congresso esclarecer certos pontos de projeto de Lei tratando da Lei de Software (provavelmente) (?).

Recebi de um amigo, cópia de documento enviado pelo Embaixador Marcílio Marques Moreira, em Washington, relatando encontro no Departamento de

Estado Norte Americano, quando foram feitas recomendações de veto a artigos e incisos deste projeto de Lei. Qual não foi minha surpresa ao ver os vetos do presidente – eram os indicados no documento!

Somos colônia!

## 6. Origem e desenvolvimento da SEI

Máquinas de criptografia suecas eram utilizadas pelo Itamaraty. Vazamentos levaram o Itamaraty e o SNI a criar o Projeto Prólogo, em 1978. Ao surgir algumas dificuldades na implantação da solução planejada, imaginaram transformar a Capre de forma a servir de biombo para desenvolver e produzir as máquinas brasileiras de criptografia.

Em janeiro de 1979, dentro de um convênio entre o CNPq, o SNI e o MRE, são ouvidas pessoas envolvidas nos processos da Capre e assim construir a solução “biombo”. As pessoas que eram convidadas a prestar depoimento ao chegar a Brasília faziam contato comigo. Decidi ir ao encontro do Brig. Tércio Pacitti, disse-lhe que sabia do processo e de seu envolvimento no mesmo, a princípio negou, mas aduzi que algumas pessoas que vinham depor me relataram que ele fazia parte do GT e manifestei minha estranheza em não estar sendo ouvido. Ao não obter sucesso, encerrei o encontro irritado e disse ao Pacitti que o achava desleal e apontei as razões. A seguir, fui ao ministro Chefe do EMFA relatei o encontro com o Pacitti e o que sabia e (não tenho certeza das palavras, apenas tenho confiança de que o sentido era o que tento reproduzir):

*- tendo em vista que estava na Ativa e era membro do Conselho da Capre e não sabia e não fora convidado para depor. Portanto, peço um Conselho de Justificação. Pois estes fatos indicam estar eu sob suspeita e queria ter a oportunidade de esclarecer.*

Passados alguns dias da solicitação, fui incluído no Grupo, que era Subordinado ao General Venturini e coordenado pelo Cel. Fernandes do Exército. A seguir, consegui incluir o Ricardo Saur no Grupo. Este trabalho deu origem a SEI, subordinada ao Gen. Venturini, Secretário do Conselho de Segurança Nacional.



Passado um tempo, em outubro (?) de 1979, o Octávio Genari, a época presidia a Prodesp, me convidou para ir ao seu encontro. Lá chegando, estava reunido com Yoneji Masuda, assim que terminou nos reunimos. Foi quando Genari me comunicou que fora convidado pelo Gen. Venturini para dirigir a SEI e que tinha aceitado. Perguntou-me se poderia contar comigo neste desafio; respondi que sim. Assim que chegou a Brasília, almoçamos no Hotel Nacional e me convidou para ser o número dois. Aceitei o convite e marcamos um novo encontro no Conselho. Poucos minutos após começarmos a reunião no Conselho, Genari foi chamado à sala do Cel. Fernandes. Voltou após poucos minutos e me informou que eu tinha sido vetado para ser o seu segundo. Poucos dias depois, o Cel. Joubert fora designado para esta função. Joubert era do SNI e tinha trabalhado no Projeto Prólogo. Ou seja, a SEI foi ocupada pelo SNI como era o propósito inicial de fazer o “Biombo”.

O Projeto Prólogo tinha como principais integrantes o Embaixador Cotrim, que assumiu a Digibrás, o Joubert e Edson Ditys que foram para a SEI.

Já criada a SEI, em setembro de 1982, um sábado, cruzei com o Genari na Quadra 206 Sul (Brasília). No pequeno papo, indagou-me se eu estava indo ao evento “Convention Informatique”, em La Concorde, em Paris, respondi afirmativamente. Pediu-me que ao voltar fosse ao seu encontro na SEI para conversarmos sobre o que vira de novo, pois, não poderia ir ao evento. Qual não foi a minha surpresa ao embarcar no Varig no Galeão e ver o Genari também o fazendo. Perguntei (não tenho certeza das palavras, apenas tenho confiança de que o sentido era o que tento reproduzir):

– *Mudou de idéia?*

- *Conversamos após a decolagem.*

Após a decolagem, fui ao encontro do Genari; e fala-me:

- *Certo dia entra em minha sala uma pessoa e me pede para passar um vídeo. Nele estava eu com a amante que tinha em Brasília em um motel. Disse-me que deveria atender a certo pleito caso contrário entregaria cópia do mesmo à minha mulher e outra ao Gen. Venturini. Não acreditei e não atendi ao solicitado. Ele entregou o vídeo como dissera. Acabo de pedir meu afastamento da SEI ao Gen. Venturini, liguei para minha mulher em São Paulo dizendo-lhe que tinha missão urgente em Paris. Comprei a passagem e cá estou eu.*

Conversamos outros assuntos e nos despedimos ao chegar à Paris. Genari não foi ao evento.

Tempos passaram (acredito ter ocorrido em 1982/3), quase cai em armadilha parecida. Como não tinha amante, contrataram uma profissional, uma bela mulher, para me conquistar. Estava em praticamente em todos os vôos e hotéis que eu. Suspeitei das coincidências e fiquei alerta sem demonstrar. Certo dia, no EMFA, era Chefe de Gabinete do Brig. Eng.º Paulo Valle, quando esta mulher chegou a minha sala e me pediu uma folha de papel e caneta; escreveu algo nela, dobrou-a e me entregou dizendo para que - *eu a abrisse se ocorresse algo com ela*. Abri-a imediatamente. Informava a ingestão de certo número de comprimidos. Liguei imediatamente para o médico do EMFA relatando o fato. Disse-me que se era verdade, ela iria morrer em pouco tempo. Pedi-lhe uma ambulância, negou-me, pois iria causar problema para o EMFA. Levei-a para o HDB no meu carro particular com um enfermeiro cedido. Lá chegando, ela desmaiou. O policial de plantão anotou meus dados, relatei os fatos e entreguei a folha de papel contendo a lista de comprimidos ingeridos. Voltando ao EMFA, fui ao encontro do Alm. Aranda, vice-chefe do EMFA, a quem relatei o ocorrido e os seus antecedentes. Como fiquei de posse de sua bolsa, consultei sua agenda em busca de nome de algum familiar ou amiga para comunicar o ocorrido. Eram muitos os nomes de autoridades, confirmando sua profissão de “prostituta de luxo”, quando liguei para um Senhor morador do interior de São Paulo, que pareceu ser seu pai, se negou a se envolver. Ao dar alta, fui comunicado pela direção do HDB, busquei-a e a deixei em endereço por ela fornecido.

Passados alguns dias, a seu convite, encontramos-nos. Agradeceu-me por ter salvado sua vida, e sem muitos detalhes, contou-me que tentara o suicídio por ter seu namorado encerrado o relacionamento ao descobrir sua real profissão. Disse-me que fora contratada para me levar para um motel, sermos filmados e a seguir eu seria objeto de chantagem. Nunca mais nos cruzamos.

Este fato e o do Genari, a meu ver, têm nexos. Existem as digitais do SNI e dos USA. Vejo fantasmas?! Continuamos não tendo um projeto autônomo de nação que consulte nossos reais interesses!

Brasília, 02 de junho de 2010